



IMAGEM: KIPPER

## ESPECIAL BANCOS

### **Bancos mundiais**

Em meados da década de 1990, com o Plano Real e a política de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, a participação estrangeira no setor ganhou força. Na atualidade, porém, observa-se um movimento inverso com a saída ou redução da participação de instituições estrangeiras no mercado local. Ao mesmo tempo, os bancos brasileiros ensaiam passos em direção a sua própria internacionalização.

por **Alexander Nogueira Xavier** SOBEET e **Frederico Araújo Turolla**  
FGV-EAESP e ESPM

O mercado bancário brasileiro está vivendo um processo de franca consolidação. Nos últimos anos, o volume de operações de fusões e aquisições no Sistema Financeiro Nacional chegou à casa das centenas, incluindo operações de grande repercussão, por seu valor finan-

ceiro ou pelo posicionamento estratégico no segmento de mercado em que se inserem.

No novo panorama dessa indústria, que começa a se delinear, uma questão importante diz respeito à participação dos bancos estrangeiros no sistema. Estes avançaram a

partir da segunda metade da década de 1990, mas seu apetite parece estar arrefecendo nos últimos quatro anos. Este artigo discute alguns pontos sobre a participação estrangeira no sistema bancário nacional, ao mesmo tempo em que analisa o movimento inverso, ou seja, de ban-

cos brasileiros avançando no mercado externo.

**História.** Bancos estrangeiros operam no Brasil há muitos anos e alguns já caminham para o centenário de suas atividades no país. O começo do século passado foi um período em que importantes instituições financeiras internacionais por aqui se instalaram, atraídas pelos negócios da economia cafeeira e pelo financiamento do crescente endividamento público. Entre os exemplos, o Sudameris, antigo Banco Francês-Italiano para a América do Sul e Banco Federal Brasileiro, opera no país desde 1910. O Deutsche Bank, ex-Banco Alemão Transatlântico, e o Banco Ítalo-Belga (Banco Europeu para a América Latina, hoje parte do grupo WestLB) estão presentes desde 1911.

O Citibank iniciou atividades no Brasil em 1915 e o ABN Amro entrou no mercado local por meio do Banco Holandês Unido, em 1917. O período entre a Segunda Guerra Mundial e o pós-guerra marcou algumas mudanças na participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional. Alguns bancos de origem alemã e italiana tiveram atividades suspensas. O BankBoston entrou no mercado brasileiro em 1947. O Chase Manhattan iniciou negócios em 1952 e adquiriu o Banco Lar Brasileiro em 1964, atuando com rede de varejo até a década de 1990. Foi recentemente adquirido globalmente pelo Banco JP Morgan.

**Reformas.** A penetração dos bancos internacionais no sistema bancá-

**A década de 1990 assistiu a uma ampliação da presença estrangeira no sistema bancário brasileiro. Nos anos 2000, não somente essa participação diminuiu, como alguns bancos nacionais avançaram em outros países.**

rio brasileiro ganhou força a partir de 1995, no âmbito de um conjunto de reformas no Sistema Financeiro Nacional. Uma motivação importante para essas reformas foi o fim dos ganhos que os bancos realizavam com as receitas inflacionárias, as chamadas receitas de *floating*.

Um estudo da Secretaria de Política Econômica estimou que a receita inflacionária dos bancos chegava a representar 41% de sua produção, medida pelas receitas de intermediação financeira e de serviços. O país tinha 265 bancos naquela época e dezenas deles passaram a apresentar problemas sérios após a estabilização de preços. É digno de nota que o país tem agora 81 bancos a menos do que tinha em 1995.

A mais conhecida e polêmica das reformas da segunda metade da década de 1990 foi o Proer – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. No âmbito do Proer, instituições financeiras como o Econômico, o Nacional, o Bamerindus, o Banorte e o Mercantil de Pernambuco foram transferidas. O Proer também acabou funcionando como veículo para entrada de pelo menos uma instituição estrangeira, o HSBC, que adquiriu parte importante do Banco Bamerindus. O Ban-

co Econômico foi adquirido pelo Excel em 1996, sendo dois anos depois transferido para o Banco Bilbao Viscaya.

Outra reforma importante realizada no Sistema Financeiro Nacional foi o Proes – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária. A privatização de instituições estaduais ofereceu novo veículo para a entrada de estrangeiros. Em especial, a maior operação de desestatização já realizada no sistema bancário brasileiro foi a aquisição do Banespa pelo Banco Santander, no ano 2000, ao preço de 7 bilhões de reais. O Santander já vinha reforçando sua presença no Brasil com a incorporação do Banco Geral do Comércio, em 1997, do Noroeste, em 1998, e do Bozano Simonsen e Meridional, em 2000. Depois da aquisição desse conjunto, o Santander tornou-se o maior banco estrangeiro em operação no Brasil.

O ABN Amro foi outro que se beneficiou do Proes para aumentar, embora em menor escala, suas atividades no país. O banco holandês adquiriu o Bandepe de Pernambuco, em 1998, tendo também adquirido o Paraiban da Paraíba, em 2001 – neste caso, porém, fora do âmbito do Proes.

**Os grandes bancos nacionais foram capazes de resistir à ameaça estrangeira, mantendo sua posição competitiva em um cenário de menor restrição à entrada de *players* internacionais.**

Uma terceira porta de entrada de estrangeiros foi a aquisição direta, processo autorizado pelo Banco Central. Desde o Plano Real, o sistema experimentou um período de forte atividade de fusões e aquisições, envolvendo tanto instituições locais quanto internacionais. Nesse aspecto, cabe notar que a autorização de entrada de instituições estrangeiras é um instrumento de política regulatória à disposição de bancos centrais dos diversos países. No caso brasileiro, o Banco Central permitiu a entrada estrangeira como forma de reduzir o risco sistêmico.

O pressuposto é que a presença de instituições com capital estrangeiro no país pudesse evitar a quebra de instituições e também incentivar o aumento da concorrência e da eficiência. De fato, bancos como Boavista e Sudameris contaram com capitalização pelos sócios estrangeiros, evitando o doloroso processo de liquidação que traz riscos ao conjunto do sistema e a toda a economia nacional.

A entrada por meio de aquisição ocorreu em vários casos após o Plano Real. Entre as várias operações, além daquelas já mencionadas, pode-se citar ainda a compra do Banco Real pelo holandês ABN Amro; as operações já mencionadas do Banco Santander; a aquisição do

Banco Garantia pelo Credit Suisse First Boston; o Lloyds comprou o Multiplic/Losango; o Nations Bank comprou o Liberal; a Caixa Geral de Depósitos comprou o Banco Bandeirantes; o Chase Manhattan comprou o Banco Patrimônio; entre outros.

**Renacionalização?** A partir de 2001, alguns bancos estrangeiros venderam ativos no país, reduzindo ou zerando sua participação no mercado bancário nacional. Essas instituições incluem o Lloyds Bank, o Bank of America, o Bilbao Viscaya, o Espírito Santo e o Credit Agricole, entre outras. Já os principais bancos nacionais estiveram na ponta de adquirentes.

Entre as aquisições de participação em instituições financeiras pelos principais bancos nacionais (Bradesco, Itaú e Unibanco), vale mencionar que, em 1995, o Itaú adquiriu o Banco Francês e Brasileiro, associado ao Credit Lyonnais. Em 2003, o Itaú adquiriu o BBA-Creditanstalt, de capital austríaco, associando-se ao grupo BBA. No mesmo ano, o Itaú adquiriu ainda o Banco Fiat e o Banco AGF. Recentemente, foi anunciada a aquisição do BankBoston. O Bradesco adquiriu o Banco Bilbao Viscaya (2003), o Banco Boavista Interatlântico (2000), a DTVM Deutsche Bank (2002) e o

Banco Ford. Recentemente, o Bradesco anunciou a aquisição do American Express Bank. O Unibanco adquiriu o Banco Bandeirantes/Credibanco, da portuguesa Caixa Geral de Depósitos, no ano 2000.

O conjunto dessas operações sugere que os grandes bancos nacionais foram capazes de resistir à ameaça estrangeira, mantendo sua posição competitiva em um cenário de menor restrição à entrada de *players* internacionais. No mercado, atribui-se essa resiliência a fatores como a sofisticação e especificidade da tecnologia bancária empregada no país, além da própria indisposição de instituições estrangeiras se exporem em um mercado naturalmente mais volátil que o dos países desenvolvidos.

**Bancos públicos.** Uma grande incógnita sobre o futuro diz respeito ao sistema de bancos federais, especialmente a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, detentores de participação significativa no sistema. Iniciativas importantes foram realizadas a partir de 1995. O ajuste do Banco do Brasil, naquele ano, incluiu uma megacapitalização de 8 bilhões de reais pela União, valor que foi incorporado à dívida pública nacional por meio da emissão de títulos públicos. Foram introduzidos novos procedimentos regulatórios e de fiscalização relativos às instituições federais, visando especialmente limitar a possibilidade de criação de passivos contingentes a partir da carteira de crédito dessas instituições.

Em 2001, foi criado o Proef – Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. É claro que os esforços do governo federal para capitalização de suas instituições públicas representam desembolsos bilionários desse mesmo governo, com impacto equivalente na dívida pública.

No momento, o ambiente de farta lucratividade do sistema como um todo retira esses bancos do foco de um movimento de reestruturação ou de privatização, mas é inevitável que a reestruturação destes esteja presente na agenda de reformas do país no horizonte que vai até a próxima década. De qualquer forma, o futuro do sistema financeiro federal brasileiro será um lance definitivo na consolidação do mercado bancário no país. O volume de ativos detido por essas instituições

será decisivo na formatação do desenho final que caracterizará o ambiente competitivo do setor no país na próxima década.

**Para fora.** A presença de bancos brasileiros em mercados estrangeiros não é nova. O Banco do Brasil, por exemplo, abriu sua primeira agência no exterior em 1941 na cidade de Assunção, Paraguai, e sua filial de Nova York foi inaugurada em 1969. O Banco Itaú iniciou sua expansão internacional com a abertura de agências em Buenos Aires e Nova York, em 1979. Mais recentemente, entretanto, enquanto reforçavam sua posição competitiva no mercado brasileiro, alguns bancos nacionais foram capazes de ensaiar alguns passos em direção à sua própria internacionalização de forma mais consistente, começando, em geral, pelo Cone Sul.

O setor financeiro tem peso razoável no incipiente movimento de internacionalização das empresas brasileiras. Nos segmentos de intermediação financeira e suas atividades auxiliares, o Brasil tem um estoque de investimentos no exterior da ordem de 28 bilhões de dólares, pouco mais da metade do estoque total de investimentos de empresas brasileiras em outros países. Nesse sentido, não constitui exagero afirmar que o segmento financeiro constitui hoje a principal frente de investimentos internacionais das empresas brasileiras. Entretanto, é preciso levar em consideração que parte desses investimentos é realizada nos chamados paraísos fiscais.

Entre as experiências de internacionalização de bancos brasileiros, destaca-se a do Banco Itaú. Em 1994, foi fundada a sub-*holding* Itaúsa Por-



tugal. O Banco mantém a *holding* Itaúsa Europa Investimentos. O Banco Itaú Europa está sediado em Lisboa com subsidiárias nas Ilhas Caiman e em Luxemburgo. O Banco participa ainda do capital do BPI, o quarto maior complexo financeiro de Portugal. Em 1994, a operação Argentina do Itaú iniciou abertura de agências e, em 1998, comprou o Banco Del Buen Ayre, atualmente Banco Itaú Buen Ayre. Em 2002, o Itaú recebeu do Federal Reserve norte-americano o status de *financial holding company*, abrindo caminho para penetração naquele mercado.

O Itaú é o banco com maior número de participações no exterior, detendo 30 participações contra 19 do Unibanco, 12 do Banco do Brasil e 8 do Bradesco. No tocante ao número de agências, o Banco do Brasil aparece no topo do *ranking*, com 43 agências, enquanto nenhum outro banco individual mantém mais de 4 agências no exterior. Somando-se a presença estrangeira em agências, escritórios e participações, o Banco do Brasil detém 64 posições, o Itaú, 36, o Unibanco, 24, e o Bradesco, 10. Os dados se referem a setembro de 2005, última posição disponibilizada pelo Banco Central do Brasil.

Um dos negócios que têm levado bancos brasileiros ao exterior é o mercado de transferências interbancárias oriundas de emigrantes brasileiros. Em 2005, os ingressos de transferências unilaterais registrados pelo balanço de pagamentos foram superiores a 4 bilhões de

dólares. Alguns países, como o Japão, mantêm regulação impeditiva da participação estrangeira no sistema, levando alguns bancos brasileiros a operarem por meio de acordos com instituições locais para disputar esse mercado bilionário. Assim, uma das fontes de internacionalização do sistema bancário brasileiro é justamente a participação nesse segmento.

**Próximos lances.** A consolidação do Sistema Financeiro Nacional avança de forma marcante e parece ter atingido um novo estágio, no qual os grandes bancos nacionais já reafirmaram sua capacidade de competir com importantes *players* internacionais que buscam espaço no mercado brasileiro. Alguns estrangeiros, contudo, acertaram em sua estratégia de conquista de parcela do mercado local.

Os próximos passos da consolidação poderão envolver a transferência de controle de uma ou mais das principais instituições, já que há necessidade de maior escala para a competição nesse mercado e também se verificam eficiências potenciais devido à superposição de redes de atendimento e de funções administrativas. Entretanto, os bancos brasileiros estão de tal forma posicionados neste mercado que não é possível prever se o comprador será um banco nacional ou um estrangeiro. Não se pode descartar também a formação de alguma associação envolvendo grandes bancos.

Em um horizonte mais longo, as feições definitivas do sistema só

serão conhecidas após uma definição mais clara do papel dos bancos públicos federais. Em algum momento futuro de menor lucratividade dos principais bancos a pressão por reformas nesse segmento poderá reaparecer, em benefício da eficiência do sistema e da própria competitividade da economia brasileira.

No que se refere à expansão externa dos bancos brasileiros, não há ainda indicações seguras de que as grandes instituições brasileiras estejam comprometidas com uma estratégia consistente de internacionalização, em especial a expansão externa com vistas à obtenção de maior escala que constitui motivo relevante para a aventura ultramarina de vários bancos europeus. Entretanto, alguns segmentos lucrativos da indústria bancária já exigem presença em mercados estrangeiros, o que vem contribuindo para a realização de investimentos diretos estrangeiros por bancos brasileiros.

---

#### Alexander Nogueira Xavier

Mestre em Economia de Empresas pela FGV-EAESP

Economista-chefe da Sobeet – Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica

E-mail: axavier@gvmail.br

#### Frederico Araújo Turolla

Doutor em Economia de Empresas pela FGV-EAESP

Prof. do Departamento de Economia da ESPM e Prof. convidado do GV-Law e do CEABE/FGV-EAESP

E-mail: fturolla@fgvsp.br